

## UMA QUESTÃO DE BATATAS

Era domingo e o crepúsculo crescia no amolecimento de um entardecer quente e festivo. Estávamos em julho, ouviam-se foguetes estoirando para os lados do Troviscal. Um homem, de baixa condição social, agricultor apaixonado pelo cultivo da terra, sexagenário, senhor de uma existência discreta, saltou para o motociclo com pressa de chegar a casa.

Despedia-se de uma tarde bem passada na Palhaça. O convívio com os amigos, bem aproveitado para publicitar a sua urgência em vender umas boas arrobas de batatas, tinha corrido ao som do “agora pagas tu que a seguir pago eu”. O tintol balançava-lhe na barriga e a possibilidade de fazer negócio com o Amílcar Batateiro fervilhava-lhe na cabeça enquanto destravava a motorizada e metia a primeira.

Era um pulinho até chegar a casa, nem valia a pena apertar o capacete. A ceia já devia fervilhar na panela. Acelerou, contente por poder saborear o vento e regressar a Bustos. Alegre e satisfeito, devorava paralelepípedos, acreditando que, quando o Amílcar Batateiro fosse ver o produto não iria recusar o negócio. Sorrindo, rodou ainda mais o manipulo do acelerador, dando graças às batatas, que já, anos antes, lhe haviam permitido comprar a máquina veloz, deixando para trás a sua velha e lenta bicicleta.

Tinha passado o último cruzamento da Palhaça, entrava na reta do Sobreiro, quando um militar da GNR saltou da berma da estrada para o mandar parar. O gesto autoritário do polícia surpreendeu de tal forma o condutor do veículo de ruas rodas que só uma travagem, tão aflita quanto trapalhona, evitou o atropelamento do distinto militar.

– Desculpe, ó senhor guarda! Sabe, não estou habituado a estas surpresas, então o que deseja? – perguntou o homem que suava no esforço de manter o motociclo direito. E em pé. A máquina parecia querer fugir-lhe das mãos.

O guarda, um rapaz novo, recém-saído da Escola da Polícia, olhou o motociclista, uma figura caricata transpirando muito, com um capacete laranja a abanar em cima da cabeça, e fez cara séria. Ao invés, sorria o cidadão, incapaz de perceber o que se avizinhava. E quanto mais exibia o riso nervoso, mais espalhava um intenso odor a vinho tinto.

– Encoste aí a motorizada. Vai fazer o teste de álcool! – ordenou o militar, já devidamente acolitado por um companheiro.

– Mas um teste para quê? Eu confesso tudo! – declarou o homem numa inequívoca demonstração de inocência. Não era pessoa para mentir, nem via mal algum no convívio com os amigos. E em tais ocasiões, um vinhito é coisa quase obrigatória, é mesmo uma necessidade. Então, não vê o senhor guarda que até é usado na missa?!

Desta feita, o militar sorriu, mas logo endireitou o rosto e franziu o sobrolho, implacável:

– Vai fazer o teste!

– Ó senhor guarda, o senhor não está a compreender – insistia o atarantado motociclista, no esforço inglório de explicar as variadas e boas razões que levam um cidadão, marcado por uma vida dura de trabalho no campo, a esfregar a alma com uma daquelas pomadas de uva que só alguns, os mais especiais, ainda são capazes de fazer. O homem queria reivindicar o direito ao seu copo de tinto, um direito inalienável, pessoal e intransmissível.

Não tinha dinheiro nem cultura. Não tinha carro e as terras que cultivava não eram propriedade sua, mas tinha o suficiente para retribuir e pagar uns copitos aos amigos. Tudo normal, portanto.

O guarda não era da mesma opinião e permaneceu inflexível. Chegou entretanto o companheiro, exibindo um aparelho com um tubo transparente na ponta. Arreliado, lá se viu forçado a soprar no tubo, coisa que lhe pareceu mais fácil do que tocar pífaro. Soprou com força, com raiva e com verdade. Não estava ali para enganar ninguém.

– O senhor acusa uma taxa de alcoolemia de 1,59 gramas – anunciou o militar, usando uma linguagem incompreensível.

Foi preciso algum esforço policial para o agricultor entender que estava metido numa grande alhada. Tão grande que já não poderia voltar a conduzir a sua motorizada. Com gestos seguros e expressão solene, adiantaram que tinham de o levar para o Posto, a fim de realizarem um novo teste, ou qualquer coisa parecida. Foi então que o motociclista, que só tinha pressa em regressar ao lar, ergueu as mãos ao céu.

– Vocês não me façam isso que eu já devia estar em casa. A esta hora a minha patroa já tem a ceia a sair da panela. Olhem que, se me atraso, ela mata-me!

Mas aqueles guardas nem pareciam gente, tão direitos, tão sérios, tão educados e, ainda por cima, falavam como se fossem doutores ou homens de leis. Bem argumentou, insistindo que não tinha feito nada demais. Não havia razão de ser tratado como um bandido, ele que não era homem para arranjar problemas a ninguém.

– A ninguém, senhor guarda! Deixe lá isso, estou tão perto de casa...

Repetiu argumentos, mostrou no rosto um desespero tão genuíno quanto os calos que exhibia nas mãos, invocou até as rugas e os cabelos brancos, tudo sem sucesso. Os homens da GNR estavam determinados e enfiaram-no no carro patrulha, tal e qual se faz a um malfeitor. Era já noite escura.

Foi no súbito aconchego do automóvel policial, naquela quase intimidade, ainda não tinham chegado ao Sobreiro, que o homem tentou resolver a coisa da melhor maneira para todas as partes. Ainda que no seu íntimo sentisse bem a humilhação e a injustiça.

– Ó senhor guarda, não me faça mal, que eu não fiz mal a ninguém. E lá por ter bebido uns canecos, também não é por aí que dou prejuízo. Vá lá! Pare o carro, deixe-me sair, que eu lhe ofereço um saquinho de batatas, mas das melhores! Batatas novas, plantadas e criadas por mim. Um mimo, pode crer que não há coisa assim em Portugal inteiro. Portugal? Qual Portugal, qual quê!? Nem na China, quanto mais!

Aquele polícia deveria pertencer a uma geração que, provavelmente, já só apreciava batatas em pacote, porque nem lhe respondeu, mantendo o perfil esfíngico. Ainda assim não desistiu, acreditando que aquele jovem guarda, tão longe de conhecer a importância da batata nova, não levaria a melhor. Podia não apreciar batatas, mas decerto bebia uma cervejinha.

Tossiu por fingimento e disfarce, levando a mão ao bolso das calças onde guardava o carcanhol. Lá no fundo, dobrada em quatro, bateu uma nota de cinco euros. Pegando em tal fortuna, ofereceu-a ao guarda.

– Ó homem, você sabe o que está a fazer?

O agricultor respondeu com candura:

– É para você e o seu colega beberem uma cervejinha. Como não apreciam o tinto, nem gostam de batatas...

O motociclista, que só tinha pressa de chegar a casa, foi detido e presente ao juiz no dia seguinte, levando no alforge dois delitos: condução sob o efeito do álcool e tentativa de corrupção. O magistrado de serviço, homem experiente e sensato, torceu o nariz mal leu o relatório policial. Entre dentes terá resmungado: “Fazem-me perder tempo por causa de cinco euros e um saco de batatas!” Suspirou profundamente e encarou o motociclista que, na sua frente, não escondia a humilhação. Perguntou-lhe o nome, a idade e a profissão. Respondeu o homem sem levantar os olhos:

– Chamo-me Jacinto, tenho 62 anos e sou lavrador. Mas também sou colega de Vossa Excelência.

– O quê, é juiz?

– Da Irmandade de S. Lourenço de Bustos.

Provavelmente tocado com a autenticidade da resposta e a postura humilde de Jacinto, o magistrado, sem perder mais tempo, despachou o caso, resumindo a contenda a uma mera repreensão e alguns conselhos. Depois, despediu-se do homem dizendo:

– Bom regresso a casa, caro colega.

E os dois sorriram, solenemente.